

ESCOLA DA MATA ATLÂNTICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE JOVENS EM PROCESSO DE ÊXODO URBANO

Tadzia de Oliva Maya¹

RESUMO

O artigo investiga as origens do grupo Escola da Mata Atlântica (EMA), que desenvolve atividades em educação, cultura popular e agroecologia no distrito rural de Aldeia Velha, município fluminense de Silva Jardim, desde 2006. A formação do grupo funcionou como uma possibilidade de trabalho no campo para jovens de diferentes formações acadêmicas, contribuindo para um processo de êxodo urbano, que por sua vez traz questões para o debate sobre os neo-rurais. O texto se concentra no histórico de criação do grupo, apresentando as percepções e motivações dos jovens que participam – e participaram – do projeto, e também nos pressupostos teóricos que embasaram seu trabalho, com destaque para o diálogo de saberes. Nesta perspectiva, a pesquisa demonstra as potencialidades e fragilidades do grupo, que procura fortalecer sua autonomia em um cenário de poucas oportunidades de recursos para pequenos coletivos, sobretudo na área rural e formado por jovens. Foi utilizado o estudo de caso como metodologia de pesquisa, sobretudo as ferramentas da observação direta e das entrevistas com os membros, além de uma revisão bibliográfica sobre os temas tratados.

Palavras chave: Juventude. Neo-rurais. Diálogo de saberes.

1 Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: tadziamaya@gmail.com. Este artigo é um desdobramento da dissertação que defendida pela autora em dezembro de 2013 na UFRRJ.

SCHOOL OF MATA ATLÂNTICA: A CASE STUDY ABOUT YOUTH IN A PROCESS OF URBAN EXODUS

ABSTRACT

This article investigates the origins of Escola da Mata Atlântica – “EMA” (Atlantic Forest School – “AFS”), which develops activities regarding education, popular culture and agroecology within the rural district of Aldeia Velha, Rio de Janeiro municipality of Silva Jardim, since 2006. The group’s formation have developed the ability of young people from different academic background, to work in the rural areas, contributing to an urban out-migration, which in turn brings issues to the debate on the neo-rural. The text focuses on the group’s creation history, with the perceptions and motivations of young people taking part - and participating - in the projects, and also the theoretical assumptions that supported this study, especially the dialogue of knowledge. In this perspective, the research demonstrates the strengths and weaknesses of the group, which seeks to strengthen their autonomy in a scenario of few resources opportunities for small collectives, especially in rural areas and comprised by young people. The case study was used as research methodology, especially the tools of direct observation and interviews with the members, and a literature review on the issues covered.

Keywords: Youth. Neo-rural. Knowledge dialogue.

Introdução e metodologia

Este artigo relata a experiência do coletivo de jovens “Escola da Mata Atlântica (EMA)”, atuante desde 2006 no distrito rural de Aldeia Velha, município de Silva Jardim, região das Baixadas Litorâneas do estado do Rio de Janeiro. O texto investiga as origens e perspectivas envolvidas na criação do grupo, seus pressupostos teóricos, bem como seus dilemas, relacionando a iniciativa com questões implicadas ao êxodo urbano de grupos de jovens e suas interfaces com a temática dos *neo-rurais*, além de sinergias com estudos sobre a juventude rural brasileira.

Para isso, foi usada a metodologia do estudo de caso, indicada por se centrar nos “comos” e “por quês” de uma experiência, além de acrescentar duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: a observação direta e a série sistemática de entrevistas (YIN, 2005). A observação direta foi facilitada pelo fato da autora ser uma das integrantes do projeto, o que ao mesmo tempo nos levou a um cuidado com a transparência no processo de pesquisa e a busca da imparcialidade na análise dos dados. Foram realizadas no total 14 entrevistas com membros e ex-membros do grupo da EMA, além de 2 entrevistas com jovens moradores de Aldeia Velha.

A história da EMA começa em 2003, quando um grupo de amigos, estudantes de diferentes cursos do Instituto de Filosofia, Ciências Sociais (IFCS – UFRJ), como Filosofia e História, mas com preponderância de alunos de Ciências Sociais, começou a frequentar Aldeia Velha nos finais de semana para acampar. O povoado de quase 1 mil habitantes tem de fato uma natureza exuberante: os dois rios de águas cristalinas que cortam o vilarejo com suas cachoeiras e as montanhas e morrotes que a emolduram são muito atraentes para jovens e turistas ecológicos. As visitas, que começaram apenas como um turismo de final de semana, foram ganhando contorno afetivo e cultural com os moradores. A grande maioria dos fundadores da EMA e dos amigos próximos ao grupo era fã dos movimentos de cultura alternativa e do *rock and roll* nacional e internacional. Outros procuravam realizar práticas de *yoga* e muitos buscavam uma alimentação vegetariana, por exemplo. Para o grupo de amigos e amigas que participaram desta história, a psicodelia e a cultura alternativa eram fundamentais. Como nos lembra Almeida (ALMEIDA, 1999 *apud* SCHMITT, 2001), a palavra “alternativa” possui sua própria história: surgida no discurso político da Europa dos anos 60, esta noção referia-se, inicialmente, à construção de soluções econômicas, e só

posteriormente, principalmente a partir da eclosão do movimento estudantil de 68, passou a designar formas específicas de contestação, reunindo o ecologismo, a desobediência civil e as lutas anticapitalistas. Ao mesmo tempo, estes valores alternativos encontram ressonância na contracultura, problematizada por Kumar em suas reflexões sobre a teoria da contemporaneidade:

A ‘contracultura’ da década de 1960 adotou entusiasticamente a bandeira do pós-modernismo. Seus proponentes se consideravam aguerridos corifeus contra tudo que o modernismo representava, fosse em cultura ou em política. (...) a contracultura atacou o que considerava o mundo elitista, esotérico e autocrático do modernismo. (KUMAR, 1997, p. 117-118)

Alguns destes jovens visitantes se aproximaram do desejo de organizar uma “rede de produtores” em Aldeia Velha, ideia que vinha sendo articulada por uma das fundadoras do grupo com seu trabalho de conclusão do curso de Produção Cultural da UFF². O ideal de criar espaços de ensino-aprendizagem na comunidade, que já vinha sendo esboçado por alguns destes universitários, encontrou ressonância na atividade prática de mapear e colocar os produtores de Aldeia Velha em contato. Nascia, então, em 2006, a Escola da Mata Atlântica.

O nome “Escola da Mata Atlântica” veio, segundo sua criadora de uma das diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para a Educação Ambiental, segundo a qual deveriam ser criadas escolas, em todo território nacional, relacionadas aos seus biomas³. E também como fruto de um *insight* do grupo durante um passeio a uma escola abandonada no distrito. Configurava-se neste momento uma vontade coletiva em comum expressa como o que poderíamos denominar de “movimento”, uma vez que o grupo não era em si mesmo uma escola institucionalizada.

Outras formações, interesses e associações que muitos dos integrantes do grupo possuíam antes e/ou durante sua participação na EMA também ajudaram a moldar o perfil do projeto, além de serem um indicativo de por que os mesmos

2 . BOTAFOGO, Julia “Aldeia Cultural: Mostra de Conhecimento Tradicional de Aldeia Velha”. (Orientador: Ana L. S. Enne) Universidade Federal Fluminense (2007) Monografia.

3 .Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental disponível em <http://mec.gov.br/>. Acesso em 20 de abril de 2014

decidiram ingressar no projeto. A participação no movimento estudantil foi um dos impulsionadores, assim como o fato de integrarem outros grupos de convívio e articulação social que possuíam na contestação ao sistema capitalista uma forma de se posicionar no mundo. Podemos citar aqui a Rádio Pulga, uma rádio livre instalada no IFCS e que já teve seu material apreendido pela Polícia Federal, os Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre dos quais vários integrantes do grupo participaram e também o movimento software livre, que por contestar a privatização da informação se relacionava muito com os movimentos de rádio livre, contrários ao monopólio da mídia, além de ter interfaces com os Pontos de Cultura e a descentralização da produção de conteúdos audiovisuais. Já outras pessoas tinham interesse na nascente organização pela oportunidade de experimentar outra forma de convívio social. Desse modo, participar da EMA poderia configurar tanto um engajamento prévio quanto constituir-se num passaporte para o campo ambiental e para outras filosofias alternativas.

Neste início de formação (2006 a 2008), a EMA era basicamente um grupo de aproximadamente 10 pessoas interessadas em desenvolver um projeto de agricultura alternativa relacionado à valorização da cultura do campo, seus mestres, saberes e fazeres. Seus integrantes foram estabelecendo alianças importantes, sobretudo com moradores mais antigos, mestres de tradição oral, antigos festeiros e detentores de conhecimentos sobre plantas medicinais e a cultura agrícola que, de um modo geral, demonstravam mais afinidade com as ideias e interesses do grupo de jovens.

Muitos universitários se identificavam com a proposta e o grupo foi crescendo. Nas respostas que se seguiram à pergunta “Qual foi sua motivação para participar da EMA?” podemos identificar algumas teorias que alimentavam a prática do grupo. A maioria dos membros e ex-membros citou a “afinidade” com as pessoas e com o projeto como principal motivo para trabalhar na EMA. Foi recorrente também o uso de palavras como “colaborativo” e “participativo” para se referir aos projetos do grupo, o que chamou a atenção de outras pessoas. Ia sendo criada uma identidade e algumas subjetividades correlatas, apreendidas em sua acepção dinâmica, como no texto “A invenção do sujeito ecológico”:

(...) ou seja, como processos socio-históricos onde se produzem modos de ser e compreender, relativos a um sujeito humano em permanente abertura e troca reflexiva com o mundo em que vive

e não como formações acabadas, cristalizadas ou estáticas. Neste sentido, destaca-se a historicidade, elemento que confere a abertura destes processos aos eventos, portanto sempre passíveis de novas provocações, desestabilizações e reconstruções; assim como a natureza social da constituição do indivíduo. O sujeito implicado nestas formações subjetivas e identitárias reside no entrecruzamento de sua condição de ser singular, individual, irrepetível, e sua natureza social, histórica, constituído na relação com os outros e com o Outro da cultura (CARVALHO, 2005 p.2)

I. A teoria dos neo-rurais

A ideia de “viver no campo” e “sair da cidade” presente em muitos depoimentos aproxima os integrantes da EMA a grupos e a indivíduos chamadas de *neo-rurais*. O *neo-ruralismo* é um termo cunhado pelos franceses a partir da década de 70 para criticar os modelos industriais-urbanos e valorizar a visão do campo como espaço que deve ser reconsiderado e reavaliado mais além da já desgastada oposição “tradicional/moderno” (CARNEIRO, 1998). Os *neo-rurais* teriam na volta ao campo uma “forma de protesto contra o trabalho parcelado, o gigantismo urbano, a degradação das relações sociais, contra a feiúra e a uniformidade do ambiente físico das cidades definindo as condições de vida nas cidades como degradadas e degradantes” (*idem*)

O neo-ruralismo se caracteriza por dimensões afirmativas, como a valorização da natureza e da vida cotidiana, a busca de auto-determinação, do trabalho como prazer, da integralização do tempo e das relações sociais; e por dimensões negativas: a recusa do espaço e do tempo da indústria, a crítica à ditadura dos papéis típicos da cidade, que dirigem os indivíduos a labirintos de frustrantes relações secundárias (...) uma série de valores típicos do velho mundo rural (...) começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da auto-determinação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo; assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo. (GUILIANI, 1999)

De fato, muitas destas ideias de rejeição à cidade estavam presentes no germe do grupo da EMA, que de certa forma integrava o que Carneiro (1998) identificou como um “movimento, que se inicia de forma tímida no Brasil na década de 70, expande-se e encontra a sua legitimidade na divulgação do pensamento ecológico nos anos 90”, relacionado a “procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade”. Havia uma crítica pesada – e crescente – por parte dos integrantes aos engarrafamentos, à poluição e a violência e outras mazelas do espaço urbanizado. Entretanto, em uma análise mais atenta, percebemos que o grupo da EMA extrapola e até mesmo contradiz um pouco as definições mais difundidas sobre os neo-rurais.

Em primeiro lugar, a maior parte dos neo-rurais, no caso brasileiro não procura realizar uma ruptura com o modo de produção capitalista (GIULIANI, 1999), se deslocando para o meio rural em grande parte das vezes para atuarem como empreendedores e financiadores de atividades de turismo rural (CARNEIRO, 1998), como hotéis-fazenda, pousadas ou produtos orgânicos, desde horticultura até geleias e pães por exemplo. Segundo Giuliani, os “novos-rurais” pertencem, em geral, a famílias de posse que os ajudam no novo empreendimento e por serem de famílias ricas têm um nível de instrução alto e várias experiências de viagens ao exterior. Além disso, os neo-rurais importariam para o campo sua “maneira urbana de ser, de consumir, de se relacionar, começando pela construção da moradia, em geral muito superior ao padrão de conforto médio da área” e ainda teriam poucas relações com os vizinhos, não “demonstrando grande interesse em uma nova moral produtiva e associativa.”

Ainda que possam ter as mesmas motivações iniciais que os franceses, os nossos “neo-rurais” reproduzem aqui a arcaica e surrada ideologia burguesa (...) e exigem de seus trabalhadores uma ‘racionalidade urbana’ na organização do trabalho e no processo produtivo, porém lhes impõem condições rurais ‘tradicionais’ quando se trata de salário, moradia ou jornada de trabalho (GIULIANI, 1999, p. 65).

Todas estas características não podem ser encontradas no grupo formador da EMA, nem em sua gestão desde 2006 até 2013, salvo em comportamentos individuais sempre rejeitados e criticados pela maioria. Os integrantes da experiência não se deslocaram para empreender atividades de turismo; não contaram

com ajuda de famílias ricas para desenvolver o projeto⁴; pouquíssimos integrantes já haviam conhecido a Europa ou até mesmo outros países da América Latina e não possuíam padrão de conforto acima da média da área, pelo contrário, nas casas dos membros da EMA na comunidade, havia - e ainda há em geral - menor conforto do que na casa do restante dos moradores, o que leva muitos membros a serem apontados como “hippies”.

Por fim, uma outra distinção importante é a relação com a comunidade. Negando uma posição de distanciamento ou da visão dos moradores como empregados, os membros da EMA defendiam que o projeto tinha a meta de aproximação, da realização do diálogo de saberes. A ideia de trabalhar com uma comunidade rural de forma dialógica também foi apontada por muitos como o principal motivador, enunciado em palavras e expressões que apareceram nas entrevistas como “integrando a “comunidade local”, “interação” com “diferentes saberes”, “trabalhar com a realidade da comunidade”, “integração com processos de descentralização do conhecimento acadêmico”, “viver no campo trabalhando com comunidades” ou ainda objetivos mais específicos, porém relacionados ainda ao contato com moradores como em “trabalhar cinema com comunidade tradicional”.

Ao mesmo tempo, o campo não era visto como um espaço neutro. Partindo do pressuposto de que o mundo rural não é mais espaço exclusivo das atividades agrícolas e que há muitos processos sociais contemporâneos que promovem a revalorização deste espaço, conformando um campo propício à formação de outras identidades culturais e políticas e, assim de novas ruralidades, (MOREIRA, 2002 *et al*) as lideranças da EMA nunca viram Aldeia Velha como um território sem conflitos ou isento de disputas de poder e de sentido. A procura pelo campo não foi só por um lugar de lindas paisagens ou, de modo ingênuo, por comunidades de gente simples e de cultura tradicional simplesmente. Na visão de mundo dominante dentro do grupo havia a ideia de que as relações sociais dentro das comunidades são processos percebidos como espaços em disputa de paradigmas

4 . O grupo contou com o apoio pontual de muitos pais de seus membros em relação a empréstimo de carros, pagamento de contas telefônicas ou doação de pequenas quantias de dinheiro no início do projeto. Na verdade, até o projeto começar a remunerar os membros, muitos pais apresentavam opiniões mutáveis: uma hora estimulavam o projeto por seus nobres objetivos e outra hora criticava-o por “não levar a nada”.

e de valores, o que por sua vez define a forma de ocupação do território.

Apesar de não ser objetivo deste artigo propor ou testar hipóteses para a categoria neo-rural, que é entendida inclusive por seus próprios pesquisadores como “conceito genérico para uma realidade não muito precisa” (GIULIANI, 1999) por falar de fenômenos pouco estudados, ficou claro para nós diante desta pequena tentativa de interseção, que do jeito como o termo hoje está engendrado ele não permite muitas aproximações com a experiência da EMA, a não ser pelo fato de conformar grupos de pessoas que se contrapõem a grande parte dos valores e ao estilo de vida urbanos, buscando tranquilidade e maior autonomia em relação aos seus empregos, vivendo no campo.

2. O diálogo de saberes como estrutura do grupo

O ensejo de participação da comunidade como sujeito efetivo e a aproximação de diferentes conhecimentos no grupo fundador foi materializado muito na escolha da palavra “escola” pelo grupo, que pode ser interpretado pelo conceito de co-presença radical, elaborado pelo sociólogo português Boaventura Sousa Santos. Para ele, esse conceito trata da necessidade de compreendermos todas as práticas e os agentes de ambos os “lados da linha” como contemporâneos em termos igualitários (SOUSA SANTOS, 2006). O objetivo seria despertar o que as pessoas já sabem, evidenciando que todos estão no mesmo espaço-tempo lidando com a mesma realidade que atinge a todos, em uma co-presença radical.

Relacionado diretamente com a co-presença está o indicador presente nas palavras usadas pelos entrevistados tais como “troca”, “intercâmbio”, “vivência” e “interação” que se referem à Ecologia de Saberes, sistematizada sobretudo também por Boaventura. Para este autor, a Ecologia de Saberes postula um diálogo do saber científico com outros conhecimentos:

Ou seja, a possibilidade de que a ciência entre não como monocultura mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 32-33)

Outro motivador encontrado em algumas entrevistas foi a busca de autono-

mia em relação ao mercado formal de trabalho. Segundo um membro, sua participação se deu pela “liberdade de se trabalhar em algo que acredita” enquanto outro falou de “trabalho próprio que dependesse mais de minha iniciativa do que qualquer outro estímulo” ou ainda, segundo outro membro “exercer um estilo de vida que contemplasse meus ideais”. Esta busca por um trabalho conectado com um estilo de vida e com a possibilidade de “realizar projetos que busquem a transformação social”, como relatou outro integrante, se relacionavam desde então com a busca de uma autonomia pessoal e profissional frente aos empregos burocráticos e alienados, visão que veio se fortalecer no grupo depois de 2012 com a crise institucional e financeira da associação cultural que começaram a gerir. Desde sua formação original, a EMA estava impregnada pelos ideais da autogestão, propondo a equidade, a horizontalidade do poder, as tomadas de decisão por consenso e o fim da relação patrão empregado.

Esta noção de autonomia no germe do grupo estava ainda mais relacionada à prática de uma educação transformadora, nos termos dos estudos de Paulo Freire. Para Freire, a pedagogia da autonomia poderia promover a “ética universal do ser humano” em contraponto à ética do mercado e à ideologia fatalista de que “nada podemos e não adianta tentar” (FREIRE, 1997). Por conseguinte, a postura de diálogo, onde as ideias e preposições iniciais estavam abertas à interferências e mudanças, abriu mais espaços para o grupo dentro da comunidade e ajudou a fortalecer amizades e aliados.

Outro ponto chave que atraiu membros para a EMA foi o que muitos denominaram de “práticas sustentáveis e agroecológicas” ou de “práticas culturais baseadas na sustentabilidade e permacultura” ou ainda o objetivo de “estudar a Agroecologia”, na fala de outros. A Agroecologia constava desde o manifesto fundador do grupo como um eixo norteador do trabalho. Para a maioria das pessoas que chegava, a Agroecologia seria uma forma de cultivo mais harmônica com os ciclos da natureza, sem o uso de agrotóxicos por exemplo. Havia um entendimento muito raso no grupo como um todo sobre o diálogo de saberes também se refletir na construção do conhecimento agroecológico, entendendo-o como diálogo entre o conhecimento científico e o chamado “saber popular” no campo da agricultura. Menos desenvolvida ainda era a noção da maioria dos membros de que a agroecologia vinha cada vez mais lidando com questões sociais como a Reforma Agrária ou com a luta contra as patentes da biotecnologia,

por exemplo. Esta discussão só veio a ser aprofundada com a entrada da EMA na Articulação Serramar de Agroecologia⁵ e na Rede Nacional de Grupos de Agroecologia (REGA).

Já a sustentabilidade, era assumida pelo grupo não apenas como teoria, mas como a busca de uma prática diária. Por isso, muitos integrantes realizavam a compostagem de seus resíduos, o consumo de alimentos orgânicos, a prática de feiras de trocas e economia solidária, entre outros. Cabe pontuar que o termo *sustentabilidade* nunca foi muito usado pela EMA em sua narrativa, mas no início do projeto ele tinha para a maioria das pessoas uma boa conotação, relacionada a valores como respeito e harmonia ou consumo de baixo impacto, por exemplo.

Foi junto com o coletivo EMA que entrei com contato com palavras e conceitos de sustentabilidade que encheram meu coração de esperança, de lindas visões e um otimismo em relação ao futuro. Desta relações disseminei ideias e informações para todos os lugares onde fui. (Ex-membro da EMA Fonte: Entrevistas)

Com o tempo, no entanto, o uso exagerado do termo por diferentes agentes sociais, sobretudo empresas privadas, aumentou a desconfiança do grupo em relação a este conceito, que passou a ser encarado em consonância com a visão de outros autores, como um sistema que não “questiona a distribuição e propriedade dos ativos que conformam a sociedade capitalista, nem problematizam o jogo de forças e de dominação hegemônica e a divergência de interesses” (MOREIRA, 1999). Considerações como esta levaram o grupo a usar o conceito com parcimônia e sempre determinar de que ponto de vista acreditavam no ideal da sustentabilidade.

Impregnados por esta noção de transformação social, os integrantes da EMA também rejeitavam o termo educação ambiental por apresentar, na maioria das vezes, uma crítica rasa ao sistema injusto e desigual perpetuado pelo capitalismo financeiro, em um senso comum ambiental isento de prática social transformadora:

(...) a que nos tem convidado o senso comum ambiental? A economizar matéria e energia, a adotar tecnologias mais econômicas

5 . Esta organização está ligada à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, que por sua vez integra a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

em insumos e a evitar o desperdício. (...) Esta seria uma noção pobre e utilitária da questão ecológica, pois coloca em pauta apenas a necessidade de economia dos meios, mas para os mesmos e indiscutíveis fins (...) A questão ecológica forte – que permite uma reflexão mais transformadora – implica em trazer à discussão se vamos nos apropriar dos minérios para fabricar tanques – para fazer a guerra – ou arados, para combater a fome. Cabe por em questão os fins e não só os meios. (ACSERALD, 2014l, p.1)

A educação ambiental que vem sendo praticada, de um modo geral, é criticada por não considerar a justiça ambiental, ou seja, a luta de muitos pela sobrevivência, ao contrário da “busca de qualidade de vida dos ricos” (LEFF, 2011). O “ecologismo dos pobres” (BOFF, 2003), permeado por conflitos, desocupações, desemprego e violência, tem um sentido prático, com projetos produtivos e sociais alternativos para toda sociedade, que não tem tido espaço de destaque dentro da educação ambiental atual, considerada mais passiva e despolitizada, por não incluir temas como distribuição de riquezas por exemplo.

Todos estes conceitos e práticas estavam, pois, relacionados, para a maioria das pessoas que vinham se integrar ao projeto, a uma necessidade mais abrangente de mudança de paradigma moderno hegemônico, que se baseia em uma concepção dualista homem/natureza para sistemas que contemplassem a diversidade, o respeito à natureza e também a valorização da espiritualidade na construção de outras realidades sociais. Os paradigmas - entendidos como “estruturas de pensamento que de modo inconsciente comandam nosso discurso” (MORIN, 1997, p.21) - da ciência moderna de fragmentação do sujeito e do objeto, baseado na crença de que existe um mundo objetivo a ser decifrado era criticado pelos integrantes da EMA. A maioria acreditava que era preciso buscar uma “identidade planetária” (MORIN, 2002) onde há consciência antropológica, ecológica, cívica, terrestre e espiritual da condição humana.

Pode-se notar este desejo de mudança na valorização que muitos membros faziam da ideia de “acreditar nos seus ideais” ou “seguir os seus sonhos”, como aparece na fala de outra integrante: “Acho que posso resumir que tudo foi fruto do sonho com um mundo melhor. Mais igualitário, sustentável, limpo e feliz”. O sujeito que vinha se configurando como um membro da EMA, ou a própria ideia de participar da EMA, possuía uma visão crítica e de contestação da sociedade moderna, traduzido a contento na ideia do sujeito ecológico:

Desta forma, pode-se definir o sujeito ecológico como um projeto identitário, apoiado em uma matriz de traços e tendências supostamente capazes de traduzir os ideais do campo. Neste sentido, enquanto uma identidade narrativa ambientalmente orientada, o sujeito ecológico seria aquele tipo ideal capaz de encarnar os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contracultural; tributário de um projeto de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável. O contexto que situa e torna possível o sujeito ecológico é a constituição de um universo narrativo específico, que se configura material e simbolicamente como um campo de relações (CARVALHO, 2005)

Observando a recorrência de algumas palavras como “integração”, “convivência”, “igualdade” nas respostas dos entrevistados podemos identificar a consciência da dependência em relação ao ambiente e aos demais seres da Terra. Segundo Boff (2012) esta noção de interdependência é o principal pré-requisito para a conservação da Terra segundo a cosmovisão dos povos andinos do bem-viver:

O bem-viver andino visa uma ética da suficiência para toda comunidade (...). Pressupõe uma visão holística e integradora do ser humano (...); é buscar um caminho de equilíbrio e estar em profunda comunhão com a Pacha (a energia universal), que se concentra na Pachamama (Terra) com as energias do universo e com Deus. (BOFF, 2012, p. 62)

O grupo defendia o uso de conceitos como amor, solidariedade, respeito, espiritualidade e amor para realizar mudanças na sociedade (BOFF, 1999; MORIN, 1997; MATURANA, 1998). A visão da Terra como um superorganismo, apoiada na teoria Gaia, ajudava a compor o quadro epistemológico do grupo e a consciência da interdependência ampliava a noção de responsabilidade de todos na sustentabilidade da vida.

3. Sinergias e dificuldades nas configurações da EMA

Neste momento inicial de configuração do grupo, é possível assinalar algumas sinergias e algumas dificuldades presentes no trabalho. A informalidade é um ponto que pode ser analisado tanto pelo seu lado positivo quanto negativo. A falta de barreiras formais ou burocráticas facilitou a entrada de muitas pessoas

no grupo e, por outro lado, esta facilidade gerou também uma falta de comprometimento com as tarefas estabelecidas, não sendo possível saber exatamente quem poderia executar cada demanda que surgia. A esta altura não havia cargos nem mesmo uma noção muito apurada do que era ser membro da EMA. Este fator dificultava a divisão interna do trabalho e prejudicava muitas vezes também a democracia interna do grupo, pois a falta de estrutura gerava situações onde poucos decidiam o que seria feito em nome de um grupo maior.

A intensificação e a ampliação das ações do grupo – como oficinas de cultura popular ou manejo de hortas e viveiros, por exemplo - veio depois que o grupo da EMA se institucionalizou como uma ONG em 2008 para concorrer ao edital dos Pontos de Cultura do Governo do Estado do RJ e começou a captar recursos por meio de um CNPJ⁶. Este novo momento da EMA como associação cultural deu início a uma série de mudanças organizacionais e econômicas dentro do grupo diversificando suas fontes financiadoras e em 2009 o grupo da EMA alcançou o auge de integrantes com 20 pessoas de áreas de formação as mais diversas possíveis: atrizes, cantoras, produtores culturais, biólogos, advogados, engenheiros florestais e ambientais, músicos, jornalistas, editores de vídeo, historiadores e geógrafos, entre outros.

No entanto, o excesso de liberdade para definir as próprias regras levava o grupo a longas reuniões com infinitas chuvas de ideias e muitos desentendimentos:

A gente nunca aprendeu na escola nada sobre autogestão, a gente só aprende na televisão coisa contrária, competição, traição... Este jogo que a gente quer jogar não conhecemos regras, não conhecemos nada, temos que inventar tudo aí fica difícil (Integrante da EMA).
Fonte: Entrevistas)

Havia uma pulsante vontade de realização e construção coletiva mas o ex-
6 . Na verdade, a EMA e inúmeros outros grupos não constituídos juridicamente realizaram o mesmo procedimento de estabelecer uma parceria com alguma ONG que já possuísse mais de 2 anos de atuação no ramo da cultura, item obrigatório do edital. Enquanto algumas ONG's estabeleceram de fato parcerias com movimentos culturais, grupos informais entre outros coletivos culturais e ficaram responsáveis pela gestão financeira e contábil deles, com a EMA foi diferente; foi o grupo que começou a gerir uma Associação Cultural.

cesso de opiniões e desejos dificultava a conclusão dos processos de decisão, que sempre procuravam ser fruto de um acordo entre todos e todas. Com a chegada de verbas, aumentaram os desentendimentos e falhas de comunicação, além de exaustivas cobranças de tarefas entre os membros, acusações de autoritarismo de um lado e de falta de responsabilidade, do outro. Muitas pessoas alegavam que estavam sobrecarregadas com as funções burocráticas que a Associação Cultural começava a exigir, como a retirada de certidões junto a cartórios e órgãos públicos, a abertura de contas e a negociação com contadores, todas funções novas não só para o grupo mas para as próprias pessoas de um modo geral, pois era a primeira vez que lidavam com estas questões e precisavam encontrar uma forma de resolvê-las. Ficou claro para o grupo neste momento a falta de apoio público a pequenas associações na gestão de seus empreendimentos.

A partir de 2009 alguns membros da EMA começaram a se mudar definitivamente para Aldeia Velha, o que por um lado facilitou a realização de diversas funções cotidianas, mas por outro, piorou os problemas de comunicação. Algumas decisões em reuniões feitas no Rio anulavam outros direcionamentos tomados na comunidade e vice-versa, o que era ainda mais complicado porque a internet que existia no distrito era discada pela linha telefônica, com funcionamento incerto. Nos e-mails do grupo, era comum haver tópicos de assuntos com mais de 60 mensagens cada um, onde mais de 14 pessoas discutiam até chegar – ou não – a um consenso.

Assim, de 2010 até 2012 muitas pessoas foram se afastando do grupo, ates- tando motivos como: a falta de remuneração para todos os membros, o excesso de discussões e desentendimentos internos sobre a divisão de tarefas e o processo natural de formação de família, mudança para outras cidades ou ainda uma vaga de emprego na sua área de trabalho específica. Nas entrevistas, confirmando estas análises, muitas pessoas citaram os “desentendimentos” e o “desgaste das relações pessoais de trabalho”, mas a grande maioria citou que o afastamento da EMA se deu mesmo por motivos financeiros. Como disse um ex-membro houve “incompatibilidade do salário com o piso da minha profissão” ou como colocado por outro, a necessidade de “me focar em projetos locais e pessoais na minha cidade (Rio de Janeiro)” ou ainda de forma bem objetiva em outra declaração “Eu tive que sair para buscar novas oportunidades de trabalho onde eu pudesse ter uma melhor remuneração”. Se por um lado a amizade e a convivência foram

grandes impulsionadores da EMA, o seu extremo forçava as relações além de um limite saudável e havia muito estranhamento entre questões pessoais e profissionais.

Uma regra criada em 2012 – de que pessoas que quisessem ser consideradas membros precisariam estar presentes em Aldeia Velha com uma carga horária semanal definida – alimentou um extenso debate sobre a visão do grupo relativa à necessidade de que os membros saíssem das cidades, em um processo de êxodo urbano como uma possibilidade de construção de outra vida no campo. Quem discordou da regra, acabou se distanciando. Até junho de 2013, momento final da pesquisa, estavam no grupo 4 pessoas, todas moradoras do distrito e que começaram a se apoiar no conceito de *coletivo* para se fortalecer frente à grande quantidade de obrigações financeiras e burocráticas. Este conceito, já apropriado por diversos outros grupos de produtores culturais, fotógrafos, ambientalistas e demais grupos de trabalho, fortalecendo identidades que são compartilhadas em relação a processos de autogestão e de enfrentamento aos modelos de competição e organização formais da sociedade capitalista.

4. A EMA e a juventude do campo

Por fim, como a EMA é um projeto formado por jovens, consideramos necessário tecer alguns comentários sobre a juventude rural contemporânea que se relacionam com as questões aqui tratadas. A juventude costuma ser caracterizada como um período de transição entre a infância e a vida adulta, cuja demarcação é sempre imprecisa, “sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou a à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária (WANDERLEY, 2007). Os jovens rurais seriam uma condição particular por estarem em “ambiente social específico, o meio rural” e apesar de haver muita diversidade, as demandas e reivindicações específicas o conformam como uma categoria, pois como alerta Wanderley “não podemos isolar, nem diluir”.

As interlocuções dos temas da juventude, na opinião de deveriam interessar toda a sociedade, pois de certo modo, a refletem:

Se a juventude brasileira é um espelho retrovisor da sociedade a qual ela pertence, a juventude rural também é o espelho de históricas relações de subordinação entre o campo e a cidade. E, ao mesmo

tempo, como este momento o ciclo de vida se caracteriza pela busca de emancipação, pela construção de identidades, pela escolha de valores e estilos, a juventude também pode ser vista como um espelho agigantador - espécie de lente aumento - dos paradoxos e desafios de uma determinada configuração social e particularmente dos processos agrários. Este espelho agigantador revela com mais intensidade tantos os problemas quanto as potencialidades da sociedade do seu tempo (NOVAES, p.104 2007).

Apesar disso, são escassos os estudos sobre juventude. Em uma análise das dissertações e teses da área de Educação da USP, durante 18 anos (1980 a 1998), somente 4% eram estudos sobre juventude (SPOSITO, 2007, p. 124), não sendo um tema privilegiado para pesquisas, segundo a pesquisadora Elisa Guaraná de Castro.

Aqueles que se debruçam sobre o tema, analisam o processo de êxodo rural dos jovens, onde enxergam mais processos de expulsão do que atração, como causas da migração, onde pesa a estrutura fundiária “com bloqueio da reprodução social dos pequenos agricultores” (WANDERLEY, 2007) e substanciada em dificuldades concretas; baixos rendimentos, dureza do trabalho e das condições de vida e falta de autonomia (BRUMER, 2007). No entanto, a rejeição às atividades agrícolas não representa rejeição à vida no meio rural, que é elogiada por muitos como “respeito as raízes pessoais, aos laços familiares e de amizade, à proximidade da natureza e à qualidade de vida no campo”. Um dos jovens de Aldeia Velha, que ao contrário de seus amigos não migrou para a cidade e sobrevive de pequenos bicos na construção civil e produzindo eventos musicais, resume um pouco esta visão:

Meus amigos acham que são ricos porque ganham bem ou moram em São Paulo, mas eu que sou rico, rapaz! Eu acordo neste lugar, tomo banho de rio, jogo pelada no final do dia, como fruta do pé, ê, tá de bobeira, eu sou bem mais rico, estou até pensando em me aposentar (risos) (Fonte: Entrevistas)

Muitos jovens, porém, sobretudo moças, saem de Aldeia Velha para estudar ou trabalhar, se casam e não voltam mais a morar na vila. As principais reclamações dos jovens são as mesmas de muitos jovens rurais em todo Brasil: a falta de aprimoramento técnico, desemprego, baixa remuneração, dificuldade em aces-

sar os centros mais urbanizados, sobretudo pela precaridade das estradas e dos transportes públicos, escassez de espaços de lazer ou entretenimento como lan houses, cinemas ou praças.

Todas estas dificuldades os jovens da EMA também começaram a experimentar quando se mudaram para o vilarejo. Mesmo possuindo formação superior e razoável capacidade já comprovada de administrar projetos comunitários, a EMA não conseguia captar recursos de fontes municipais, como se houvesse uma certa invisibilidade do grupo, analisada internamente como fruto de um preconceito também ao fato de serem jovens e aparentarem serem mais jovens ainda. Um dos integrantes da EMA se mudou para a Casimiro de Abreu quando seu filho nasceu em busca de emprego e mais facilidade de acesso ao comércio, saúde e educação.

Apesar dos problemas, o modo de vida dos integrantes da EMA na área rural, chamou a atenção de muitos de seus amigos e pode-se sugerir que tenha contribuído para inúmeros outros processos individuais de êxodo urbano, encorajados pela experiência do grupo. Hoje, sabe-se da existência de muitos mais grupos de jovens que saíram da cidade para as áreas rurais não só para empreender projetos comerciais, como os neo-rurais, mas buscar além da tranquilidade o desenvolvimento profissional em alguma área ligada à educação, às artes ou à agricultura. A participação do grupo nos editais do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, sobretudo dos Pontos de Cultura, certamente facilitou esta trajetória⁷.

Neste artigo procuramos demonstrar quem eram e o que pensavam os jovens que criaram a EMA. Nos parece possível supor que a diversidade de teorias – ambientais, sociais e espirituais – que guiaram o surgimento do grupo são causa e fruto também da diversidade de sujeitos que vieram se incorporar ao projeto, em sua maioria críticos da racionalidade dualista moderna.

Como principais dilemas observamos a escassez de recursos e de horizontes para a captação de recursos pela EMA, fruto de um lado da falta de experiência e profissionalização de pessoas ainda muito jovens, e, por outro, das poucas oportu-

7 Segundo avaliação realizada pelo Ipea com o universo de Pontos de Cultura de 2011, 64% dos trabalhadores permanentes são jovens, faixa etária que também é público participante prioritário das atividades (67% dos entrevistados).

tunidades de financiamento oferecidas pelas fontes públicas para o desenvolvimento de pequenas associações, sobretudo em relação aos projetos ambientais, ou agroecológicos, no sentido trabalhado pelo grupo. Somado a isso, nos parece que o uso inadequado de ferramentas de gestão coletiva ou o desconhecimento de práticas alternativas de administração, ampliaram as dificuldades de relacionamento do grupo e contribuíram para o acirramento de desentendimentos internos na divisão e remuneração de tarefas, o que também contou para o afastamento de muitos membros.

No entanto, desta formação conflituosa já vinham se moldando algumas das bases para a permanência do projeto: a bandeira da agroecologia e suas lutas sociais, a valorização da cultura do homem do campo, os coletivos como organização autônoma e a educação popular como projeto de emancipação social.

Recebido em maio de 2014.
Aprovado em dezembro de 2014.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri **Mediação e Negociação de Conflitos Ambientais** **Prefácio do Livro: Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais.** Rodrigo Nuñez Viégas, Raquel Giffoni Pinto, Luis Fernando Novoa Garzon. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

BRASIL, MEC/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (Temas Transversais). Brasília: MEC/SEF, DF. 1998c. 436p.

BRUMER, Anita In **Juventude Rural em Perspectiva**, Rio de Janeiro: Mauad, 2007

CARNEIRO, M.J. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T. Da SANTOS, R.; COSTA, L.F. de C. (Orgs). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares** (parte II). Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) **Educação Ambiental; pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 digitalizado em 2002 pelo [www. Sabotagem.revolt.org](http://www.Sabotagem.revolt.org). Acesso em 17 de abril de 2013.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 29ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006, 150p.

GIULIANI, G. M. **Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 14, São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1999.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADA. **Pontos**

de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva / organizadores: Frederico Barbosa, Lia Calabre.- Brasília : Ipea, 2011.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna**. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro. Zahar Editor, 1997

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOREIRA, R. J. (Org.) ; Costa, L. F. C. (Org.) . **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. v. 1. 314p

_____. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde**, 1999. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/moreira15.htm> Acesso em março de 2014

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Brasília, Cortez, 2002.

_____. **O problema epistemológico da complexidade**. Mira-Sintra - Mem Martins Europa-América, 1997.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cognitiva**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

NOVAES, Regina. Políticas Públicas, direitos e participação (Intervenção). In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (orgs). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro, Mauad, 2007. (p. 99-107)

SCHMITT, Claudia Job. **Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul**. 2001. 395 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In*: BARREIRA, César (Ed.). **Sociologia e conhecimento além das fronteiras**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**, tradução Mouzar Benedito. - São Paulo: Boitempo, 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma Ecologia dos saberes. **Revista Novos Estudos**, Cebrap, no.79 São Paulo, 2007.

SPOSITO, Marília. Balanço e Perspectivas (Intervenção). *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (orgs). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro, Mauad, 2007. (p. 123-128)

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco; que sonhos para o futuro. *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (orgs). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. (p. 21- 33)

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.